



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
LETRAS LICENCIATURA

**ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A LAICIDADE (NÃO) PRESENTE NOS CENÁRIOS
EDUCACIONAIS E SOCIAIS NO BRASIL
THÁLES HENRIQUE BARBOSA SHAMEER**

DELMIRO GOUVEIA - AL
JUNHO/ 2022

THÁLES HENRIQUE BARBOSA SHAMEER

**ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A LAICIDADE (NÃO) PRESENTE NOS CENÁRIOS
EDUCACIONAIS E SOCIAIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Letras - Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus do Sertão, como requisito final para aquisição do título de licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Raquel Hettwer Massmann.

DELMIRO GOUVEIA - AL

JULHO/ 2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S528a Shameer, Tháles Henrique Barbosa

Análise do discurso sobre a laicidade (não) presente nos cenários educacionais e sociais no Brasil / Tháles Henrique Barbosa Shameer. – 2022.

34 f.

Orientação: Débora Raquel Hettwer Massmann.

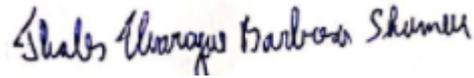
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Análise do discurso. 2. Laicidade. 3. Ensino religioso. 4. Educação. 5. Estado. 6. Brasil. I. Massmann, Débora Raquel Hettwer. II. Título.

CDU: 81'322.5

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.



Thales Henrique Barbosa Shameer
UFAL - Campus do Sertão

DATA DE AVALIAÇÃO: 05/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Débora Massmann
(Orientadora - UFAL)



Prof. Esp. Jéssica dos Santos
Examinadora Externa – SEDUC/RS



Prof. Dra. Fabia Pereira da Silva
Examinador Interno – UFAL

Delmiro Gouveia, 05 de julho de 2022.

Dedico a todos aqueles que lutam pelo fim das práticas coloniais no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inexplicável a forma como este trabalho de conclusão de curso me edificou ao longo desses anos de construção. Um trabalho que surgiu em meio a paixões de luta e resistência contra as práticas coloniais instauradas no espaço social.

Gostaria de começar agradecendo à minha família por todo o apoio que me foi dado no período de graduação, sei que sem vocês esse percurso não teria sido o mesmo. Agradecer ao meu irmão Phillip e a minha cunhada Bela por todo o apoio que me foi dado em todos os sentidos. Agradecer ao meu irmão Charles e ao meu sobrinho Hugo. Agradecer também a Glaucia, minha segunda mãe que sempre me incentivou a estudar e a lutar pelos meus sonhos.

Agradecer a minha irmã Grazielle, pois sem você, eu não saberia o quão gostoso é viver e ter propósitos pelos quais acordo todos os dias de manhã e vou à luta. Você é luz na minha vida.

Por último no campo familiar, agradecer ao meu pai e a minha mãe que sempre me incentivaram a estudar, e, desde pequenininho me mostraram que se eu quisesse crescer um dia precisaria do estudo. E foi através desse estudo que me tornei quem sou hoje. Filho de mãe solteira que sempre lutou para dar ao seu filho todo o conforto e suporte escolar necessário, que mais a frente veio a seguir a profissão do pai, sendo o sucessor da família Shameer no campo do inglês. Obrigado por tudo que vocês fizeram e fazem por mim.

Agradecer a minha Orientadora Debora Massmann, por não desistir de mim, mesmo em alguns momentos eu não merecendo seu apoio, você teve um lado humano fora do normal para comigo, te agradeço imensamente por todo o aprendizado.

Agradecer aos meus primeiros orientadores na UFAL, professora Aline e professor Samuel por me apresentarem a teoria da Análise de Discurso e que me fizeram crescer enquanto sujeito.

Agradeço ao grupo de estudos GEPADUPE e ao grupo de estudos DISENSO, que com suas reuniões semanais mantiveram ativa a teoria da Análise de Discurso.

Agradecer ao professor Márcio por toda a troca dentro da universidade, em específico, meu período enquanto monitor da disciplina de Teoria da Literatura 2, momento extremamente gratificante. Agradecer também ao professor Thiago, por toda a parceria dentro e fora da universidade, você é o cara meu querido.

Agradecer aos amigos que estiveram juntos nesse período tão importante, começando por Felipe, pinho, tu tens sido meu melhor amigo desde que eu me entendo por gente e eu sou muito grato por essa amizade só se fortalecer com o passar dos anos, mesmo em alguns

momentos o outro estando mais distante, sempre voltamos para nossas origens e para nosso elo. Palavras não caberiam aqui para explicar o amor que eu sinto por ti, meu irmão. Valeu por tudo.

Agradecer a Flávia, meu presente que divide apartamento e a vida toda comigo, por não largar minha mão nos momentos mais difíceis que encarei por aqui, por me puxar e dizer: “vamos melhorar? estou com você de verdade”. Só nós dois sabemos a intimidade que temos e o quanto a gente compartilha quando está junto.

Agradeço ao meu amigo e irmão que tive o prazer de ter como dupla por toda a graduação, meu querido Gabriel, vulgo Totty. Sem você eu não teria tido forças para concluir essa graduação, seja pra rir ou pra chorar, ou até pra estudar até o olho pesar e depois assistir GOT, você é um dos caras mais incríveis que conheci na minha vida.

Agradeço a minha irmãzinha que escolhi aqui em Delmiro, que se parece tanto comigo na mesma proporção que somos diferentes. Muito obrigado por tudo o que compartilhamos nesse período de graduação.

Agradecer também a Breno, por toda a paciência comigo desde o primeiro período e por compartilhar frustrações em comum por trabalharmos temas parecidos, sou muito grato por toda a ligação que construímos.

Agradecer aos amigos de graduação que levarei pra minha vida, Diógenes, Jennifer, Jamilly, Giovana, Juliane, Demerson, Júlio, Weverton, Bruninho e Herlanne.

Agradecer aos meus amigos que não vieram na graduação, mas que são essenciais na minha vida, a Victor, por segurar minha mão nos momentos mais difíceis que passei no último ano, a Jorge, Cristian, Karla, Ellen, Bianca, Jam, Baba, Aninha, Noemi, Jessica, Babi Mirelly, Luiz, Lucas, Izabella e Matheus.

Todos vocês fazem parte desse trabalho e da minha construção pessoal e profissional.

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

As discussões em torno do Estado Laico que ganharam força nos espaços midiáticos e cotidianos no período pós-regime militar ainda se mostram fracas quando se compara a força de grupos políticos partidários neoliberais que reafirmam a necessidade de se haver um Ensino Religioso de vertente cristã. Diante dessa observação, este trabalho tem como objetivo principal analisar a Posição-Sujeito do discurso do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro em entrevista dada ao canal TV Menorah no ano de 2017. Na ocasião, o referido político abordou a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil. Para desenvolver este estudo, amparamo-nos no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux (1969) e Eni Orlandi (2012). As contribuições de Domingos (2009), Cunha (2017) e Cury (2018) fomentaram as discussões em torno do Estado Laico e o Ensino Religioso no espaço escolar que, conforme indicam as análises, deveria aparecer como espaço de diversidade religiosa.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Laicidade; Educação, Ensino Religioso.

ABSTRACT

Discussions around the Secular State gained strength in the media and everyday spaces in the post-military regime period and are still weak when compared to the strength of neoliberal partisan political groups that reaffirm the need for a Christian Religious Education. Therefore, this article intends to analyze the Subject-Position of the discourse of the Federal Congressman Jair Messias Bolsonaro in an interview given to the TV channel Menorah in 2017. On that occasion, the politician addressed the issue of Religious Education in Brazil's public schools. To develop this study, we used the theoretical-analytical device of Discourse Analysis proposed by Michel Pêcheux (1969) and Eni Orlandi (2012). The contributions of Domingos (2009), Cunha (2017) and Cury (2018) promoted the discussions around the Secular State and Religious Teaching in the school space as indicated by the analyses that should appear as a space of religious diversity.

Keywords: Discourse Analysis; Secular State; Public Education, Religious Teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	11
3. ESTADO LAICO E LAICIDADE.....	15
4.1 BRASIL E A REPÚBLICA NOVA.....	23
4. POSIÇÃO-SUJEITO E MOVIMENTO DE ANÁLISE.....	25
5. CONSIDERAÇÕES.....	28
6. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A partir da inquietude do filósofo Michel Pechêux e da professora/pesquisadora Eni Orlandi, este trabalho de conclusão de curso busca utilizar a Análise de Discurso (AD) de linha francesa como aporte teórico que fundamenta e constrói as análises que aqui serão apresentadas. O *corpus* deste trabalho foi coletado a partir da plataforma *Youtube* e se trata de um vídeo do atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro, ora discursando em entrevista, ora discursando em público, a respeito do Estado Laico e da cultura cristã nas escolas de educação básica. É nesse sentido que, as categorias de Análise de Discurso (ORLANDI, 2012) dão base teórica as análises dos recortes escolhidos.

Para a construção desse trabalho também foram solicitadas leituras de outros campos das ciências humanas, como as Ciências da Religião. Teóricos como Domingos (2009) e Cury (2018) foram de extrema contribuição para fundamentar e embasar os gestos de análise aqui realizadas. Faz-se necessário buscar na história os embates que se mostraram indispensáveis na elaboração de um modelo de Estado que separa a igreja de suas decisões enquanto autoridade.

A partir disso, este trabalho apresenta, também, algumas formas de conceituar laicidade, para que o leitor possa concluir de um campo teórico como ela deve(ria) ser difundida, bem como apresentar sua relação com a democracia. Para isso, é necessário resgatar nos discursos oficiais apresentados pela Constituição da República Federativa do Brasil, afim de questionar sua efetividade no cenário cotidiano, apresentando discussões que deveriam partir de políticas públicas.

Vale ressaltar que o livro “Embates em torno do Estado Laico”, de organização de Claudia Masini d’Avila-Levy e Luiz Antônio Cunha (2018), foi de grande utilidade para as discussões aqui realizadas em torno do Estado Laico e dos sentidos de laicidade. A obra reúne textos de caráter científico que tratam dos principais desafios de uma sociedade sem a prática da laicidade em todas as esferas possíveis. Além disso, o livro ainda traz em formato de anexo a Declaração Universal sobre a laicidade no século XXI que fomentou discussões aqui trazidas.

A presente pesquisa está fundamentada no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso tal como proposta por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002). Para tratar do surgimento da AD na França, serão utilizadas as contribuições de Denise Maldidier, em sua obra: “A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pechêux” (2003). A obra nos leva à formulação dessa ferramenta política de análise na França, trazida para o Brasil por Eni Orlandi, e que aqui vem

a se difundir em Análise de Discurso(s), bem como dialogar com as contribuições de outros autores, com ênfase nos escritos do próprio Michel Pêcheux, a fim de apresentar seus pressupostos e categorias, em específico, as categorias aqui utilizadas.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DE DISCURSO

Este trabalho de conclusão de curso segue a base teórica–metodológica–analítica da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux (1969) e Eni Orlandi (1992). No desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos como *corpus* dois discursos proferidos pelo atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, disponíveis na plataforma *Youtube*, a respeito da efetividade do Estado Laico nos campos educacionais e sociais. A análise tratará dos efeitos de sentido que esse discurso pode produzir tomando como espaço de observação noções importantes do dispositivo teórico da Análise de Discurso, a saber: condições de produção, formação discursiva e memória discursiva.

A inquietação característica do filósofo Michel Pêcheux, somada aos questionamentos trazidos pelo linguista Jean Dubois com o cenário político (não só) da França em meados dos anos 60, são abordados por Malidier (2014) como acontecimentos que deram origem aos estudos da Análise do Discurso. A proposta teórica é pensada para analisar as questões políticas que vinham carregadas pelos discursos daquela época.

O Marxismo e a Linguística aparecem como principais instrumentos da ferramenta política que vinha a questionar os pensamentos da sociedade burguesa, em específico, analisando os discursos dos políticos franceses, levando em conta a luta de classes, para assim, instaurar-se como objeto científico que vinha a gerar incomodo na conjuntura política daquela época. Malidier (2014, p.20) nos leva a entender que:

Desse modo, o marxismo e a linguística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica bem determinada, da França dos anos de 1968-1970. Muito naturalmente o projeto se inscreve num objeto político: a arma científica da linguística oferece meios novos para a abordagem política.

Com isso, a linguística, sob as bases estruturalistas de Ferdinand Saussure, é escolhida como o objeto, pois, naquele período, os estudos estruturalistas viviam seus momentos de auge tendo a frase enquanto unidade como o foco dos estudos que se relacionavam à língua(gem).

Pêcheux passa a compreender a língua de forma que não vem a entrar completamente de acordo com a proposta de Saussure. Para o autor francês, a língua deveria ser entendida como um produto histórico-social. Pêcheux (1990) vai além ao dizer que a língua é produto das relações sociais, levando em conta a relação estabelecida entre Língua e História. É nesse sentido que Silva (2018, p. 33-34) nos afirma que:

Uma mesma palavra pode ganhar sentidos “x”, “y”, “z” ou pode ocorrer o inverso, sentidos “x”, “y”, “z”, podem estar imbricados em uma só palavra e ambos circularem livremente no meio social, no entanto, o que vai prevalecer com maior ímpeto está na dependência das relações de dominação existentes em uma dada sociedade – atual é capitalista – que obtenha o controle também sobre a língua convencendo o melhor/pior sentido(s) para um determinado signo linguístico, confirmando mais uma a língua um fator puramente social e ideológico.

Michel Pêcheux vem a romper com esses sentidos epistemológicos saussurianos da época ao pôr em jogo na década de 70 o discurso como objeto de pesquisa, sob as bases do Materialismo Histórico de Marx, e sob a releitura que Lacan faz dos estudos Psicanalíticos de Freud, considerando assim, o sujeito, a ideologia e a história como partes constitutivas do discurso.

A entrada da Análise de Discurso no cenário Francês dos anos 70 vinha a compreender a língua sob uma nova ótica, que não estaria necessariamente ligada à transparência das frases, mas sim ao seu contexto histórico e ideológico, considerando o(s) sentido(s) que os sujeitos viriam a atribuir aos signos linguísticos, como afirma Malidier (2014, p.24.): “Ela propôs aos linguistas um modo de abordar a relação entre língua e história; fez os marxistas saírem do discurso da filosofia marxista da linguagem”.

Após seu surgimento na França, as obras de Michel Pêcheux foram traduzidas, difundidas e consolidadas no Brasil pela professora/pesquisadora Eni Orlandi, consagrando a Análise de Discurso no espaço acadêmico – científico brasileiro.

No período ditatorial no Brasil, em viagem à França, a professora universitária tem seus primeiros contatos com as obras de Pechêux, bem como outras obras de caráter Marxista, que fomentariam seus escritos em uma Análise Discurso que pensasse no cenário político brasileiro daquela época. Em seu retorno, focou especificamente nos discursos religiosos e pedagógicos como nos conta Orlandi (2017).

Em suas pesquisas, Orlandi (2012, p. 20) destaca que a Análise Discurso: “Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”.

Sendo assim, a Análise de Discurso vem trazendo novas interpretações a leituras que outrora foram deixadas pelos teóricos do Estruturalismo, que consideravam os estudos em torno da língua voltada apenas para o campo abstrato. Para Pêcheux, tão quanto para Orlandi, a Análise de Discurso surge para analisar os discursos de forma usual, tendo o texto posto ao sentido materialista histórico. Com isso, podemos compreender que:

Em consequência, não se trabalha, como na Linguística com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha por outro lado com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam. (ORLANDI, 2012, p. 16)

A Análise de Discurso vem trabalhando com a produção de sentidos de/para sujeitos dentro de uma determinada sociedade. Neste caso, uma sociedade patriarcal, conservadora capitalista e cristã, colocando em questionamento os sentidos cristalizados que operam para a manutenção desse modelo.

Portanto, ao tratar de língua, é preciso levar em consideração como os sujeitos e os sentidos são moldados a partir da ideologia e da história. Para a Análise de Discurso proposta por Pêcheux e Orlandi, é preciso enxergar a língua além da perspectiva transparente e que já está posta.

Pêcheux (2014) nos leva a compreender que sua proposta de Análise de Discurso é de compreender sob quais condições de produção o discurso vem a produzir determinados sentidos para determinados sujeitos. Desse modo, analisando o discurso em funcionamento na práxis social, levando em conta as manifestações ideológicas e atravessamentos pela ideologia, memória discursiva, condições de produção e etc. que ali venham a compor a estrutura do determinado contexto social, produzindo sentidos de/para sujeitos.

Vale ressaltar que, esse processo de atravessamento que vem ocorrendo nos sujeitos acontece de forma inconsciente. Os sujeitos não possuem o controle de como os sentidos serão produzidos para então se manifestarem no real – materializados na língua(gem). Com isso, acaba sendo impossível perguntar o que alguém quis dizer com tal discurso, pois o processo de produção de sentidos não acontece de forma voluntária e, com isso, não pode ser (completamente) justificado.

O objeto de estudo da Análise de Discurso proposta por Pêcheux e Orlandi é o Discurso que pode ser definido, segundo Orlandi (2002, p.15), como “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Com isso, podemos ousar em definir aqui, a partir das considerações de Orlandi, o Discurso como um produto social que vem a fazer sentidos por e para sujeitos a partir de determinadas Condições de Produção, evidenciando que: “O discurso não corresponde a noção de fala, pois, não se trata de opô-lo a língua como está sendo um sistema, onde tudo se mantém”. (ORLANDI, 2012, p.21).

Entre as categorias de Análise, as Condições de Produção merecem um enfoque, pois:

[...] as condições de produção [...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental. [...] é o contexto imediato. [...] incluem o contexto sóciohistórico, ideológico. (ORLANDI, 2012, p. 30).

As Condições de Produção, como abordadas por Orlandi 2012, podem ser de sentido Estrito, o que trata das circunstâncias imediatas da enunciação, já as Condições de Produção de sentido amplo consideram um contexto socialmente histórico construído a partir do ideológico.

3. ESTADO LAICO E LAICIDADE

A laicidade não é um gládio, mas um escudo.

(Caroline Fourest)

Os princípios da laicidade aparecem como ideais da república nova pautada em um princípio da democracia não expressando preferência alguma por determinado segmento religioso que ali venha a existir. Nesse sentido, deixando aberto esse espaço à todas as manifestações religiosas, ateias, agnósticas e filosóficas aos indivíduos que fazem parte desse Estado, garantindo assim o bem-estar do estado de Direito. Dito isso, as contribuições de Cury (2018, p.45) reforçam que:

No limite, isso tudo significa a separação da Igreja e do Estado. Essa separação define, em última instância, o fim do poder divino dos governantes e sua substituição pela concepção da origem terrena do poder. De modo mais profundo, essa origem é posta na soberania popular calcada no indivíduo, fonte do poder.

Nessa perspectiva, esses princípios começaram a ser adotados pela França a partir do período de separação entre o Estado e a Igreja, como instituições, alavancadas pela Revolução Francesa que teve duração entre o período de 1789 a 1799.

A partir dessa corrente francesa, outros países começaram a seguir a linha de um suposto Estado Laico. Estados democráticos como o Japão, Canadá e os Estados Unidos da América começam a fazer uso desse modelo de sociedade que visa a separação entre os interesses ligados ao Estado e a Igreja. Começa, então, a ser colocado em pauta, a fim de alcançar o objetivo de se ter um Estado que possa representar todos os povos que ali existem, no que diz respeito ao caminho religioso traçado por cada cidadã(o), o Estado Laico.

Ainda confundido com “Estado ateu” por um deslizamento de sentidos, o conceito de Estado laico é visto sob perspectivas distorcidas socialmente por dar voz a todos os espaços de fé existentes, garantindo assim (teoricamente) um espaço estatal plural de liberdade religiosa.

O respeito à autonomia humana em diversas áreas do cotidiano, e livres dos valores pregados pelas instituições religiosas, fazem parte desse novo modelo de Estado, modelo esse que visa também tirar das mãos da Igreja o direito sobre os corpos e sobre a sexualidade. Em outras palavras, a Igreja nesse modelo de estado perde o espaço de determinador sobre assuntos como aborto, sexualidade, emancipação feminina, bem como outros temas que dizem respeito a diversidade são pilares do Estado Laico.

Dito isso, o Estado brasileiro vem também a adotar essa perspectiva de sociedade e a ser denominado constitucionalmente enquanto um Estado Laico. Mesmo sendo um país com uma forte influência do cristianismo, as práticas cristãs, em específico, as práticas da Igreja Católica estão instauradas por aqui desde o período de sua colonização.

Representando o país com o maior número de fiéis cristãos do mundo, ter esse Estado como um Estado democraticamente laico, e que não provenha de privilégios por certo segmento de fé, vem a ser um desafio do ponto de vista da práxis, mas deve-se destacar que não só no Brasil esse problema é enfrentado. Um Estado puramente laico é um dos maiores desafios ao redor do mundo.

Ao pensar o contexto histórico brasileiro, analisamos que as atividades do Estado e as ideias de poder na esfera social e política eram no passado (e prevalecem nos dias de hoje) atravessadas pelos princípios adotados pelo cristianismo. A partir do século XXI, e impulsionado pelas correntes iluministas, nasce um Estado moderno com uma proposta inclusiva dita como laico, como aqui já citado.

Essa inclusão do ponto de vista religioso surge como um efeito necessário de um Estado que preze pelo bem-estar social, tendo em vista a diversidade cultural que aqui existe. Entretanto, essa inclusão continua(rá) gerando segregação, exploração e dominação, pois para que a produção do sistema capitalista, que é o modelo econômico brasileiro, possa se manter é necessário estar articulada com as demandas postas na realidade para incluir alguns, mas não todos.

A França, como supracitada, em 1880 já introduzia um sistema educacional que fazia uso de uma educação distante de princípios religiosos, a fim da emancipação do saber no que diz respeito aos valores que vêm sendo adotados por cada instituição religiosa. Podemos constatar essa afirmação em Domingos (2009, p. 46):

A laicidade é um dos princípios dos Estados Modernos, como, por exemplo, o Brasil. Mas o termo carrega significados bem mais fortes do que o mero fato de ser um preceito. Atribui-se o início das discussões sobre o assunto ao Estado francês, que já em 1880 – notadamente com as leis escolares – institucionaliza este princípio.

Com foco no Estado Brasileiro, por se tratar de uma sociedade patriarcal, conservadora, capitalista e cristã, é preciso aqui compreendermos que se abre um espaço de privilégio a um grupo específico que existe. Assim, é importante constar que este privilégio se trata de sujeição/subordinação/dominação fundamental para a manutenção das relações de

poder independentemente de ser uma sociedade com ou sem classes sociais. E isso estabelece um estrito encadeamento com o funcionamento da Ideologia¹.

Esse espaço de privilégio, concebido ao homem cis, branco, hétero e cristão, resulta na marginalização dos outros sujeitos que não se enquadram nesse perfil. Esse modelo de ser vem a aparecer na ideologia que define o ser mulher e o ser negro na sociedade que segue uma matriz hegemônica e acaba problematizando, no que diz respeito a laicidade, ao tratar do modelo cristão na qualidade de ideal a ser seguido e posto ao centro, marginalizando as demais matrizes religiosas.

As religiões de matrizes africanas, em específico, aparecem como um dos grupos que mais sofrem os danos da exclusão social. Terreiros de Candomblé, Umbanda e etc. são constantemente alvos de destruição por serem vistos pelo ideal branco-cristão predominante, sobe um olhar racista. Combinando a esse racismo a exclusão derivada de classe e do preconceito religioso, no qual o sujeito deve se adequar às condições do homem branco-cristão, sujeitando suas práticas religiosas e sociais ao silenciamento.

Fernandes (2017, p. 1) nos diz que: “A defesa da resistência parece ser a fórmula de escape à cegueira ideológica, assim passamos a desenvolver esse conceito no seu funcionamento como prática discursiva de luta contra o domínio do Estado e da ideologia burguesa.” Esse espaço temporal atual é marcado por um período no qual os grupos de militância, como, por exemplo, os coletivos feministas que lutam pelo direito ao aborto enquanto uma questão de saúde pública, ou a frente LGBTQIA+ que luta por uma série de direitos que lhes tragam o respeito e o bem-estar social, e entre outros que começam a se organizar no que se refere aos seus temas de luta e resistência.

Com isso, começam a surgir avanços na garantia de direitos que foram ao longo dos anos atravessados/negados pelo Discurso Religioso Cristão como: políticas públicas de gênero, plano nacional de direitos humanos e aborto. Tais temáticas começam a aparecer com mais força em pauta, gerando reações no campo político para enfrentar a garantia desses direitos.

Outras conquistas democráticas que estabelecem relação com o Estado Laico, por outrora pertencerem ao Discurso Religioso Cristão, são o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto permitido para fetos anencéfalos, entre outras, aparecem como vitórias das

¹ As contribuições de Althusser (s/d) que aparecem como essenciais para Pêcheux, tratam do termo Ideologia (termo de Marx) enquanto representação das ideias que interpelam e constituem o(s) indivíduos(s) enquanto sujeitos em suas práticas sociais. Althusser nos diz que os Aparelhos Ideológicos do Estado atuam enquanto dispositivos que fazem esse processo de interpelação dos sujeitos nos espaços institucionais, resultando na materialização da ideologia. Ver *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* de Louis Althusser.

lutas destes campos identitários e que vêm gerando uma onda do ultraconservadorismo, caracterizada como reação contrária à garantia dos direitos desses grupos.

As contribuições de Fernandes (2017, p.5) tratam dessa discussão ao trazer o uso de termos como resistência, luta e opressão por parte da classe dominante a fim de se manter estável em sua posição de privilégio. A autora afirma que: “A militância anti-esquerda retratada pelo deslizamento de sentidos de luta e opressão resulta da tensão política em torno desses termos”.

O fenômeno das identificações políticas de grupos religiosos que pretendem se estabelecer na sociedade aparecem como forma de reação às vitórias desses grupos de ativismo e reivindicação das falhas do sistema brasileiro, como luta para não perder o espaço de privilégio que é concebido ao homem branco, hétero e cristão.

Essa reação parte de modo uniforme dos grupos políticos partidários e se ampara em ditos que rompem com o sentido da laicidade, como, por exemplo, a palavra “Deus” no preâmbulo da constituição², aproximando-se de um Estado Confessional. Assim, trazendo consigo o conservadorismo que nega discussões em torno dos temas transversais, inclusive em espaços escolares, trazendo a inexistente “Ideologia de gênero” a fim de tratar a educação sexual como instrumento de incentivo as práticas homoafetivas, ignorando toda as bases de estudos que abordam Sexualidade e Gênero. Domingos (2019 p.65) nos esclarece esse argumento ao fomentar que “Na luta pelo poder e na construção das relações de dominação, a diversidade serve como justificativa para a hostilização e “demonização” de grupos baseando-se simplesmente no fato de que são diferentes.”

Esses representantes começam então a ferir a laicidade do Estado, até mesmo na apropriação do termo do Estado laico, ao afirmar que por ser laico os mesmos podem expressar os dogmas da sua religião enquanto certo ou errado nos espaços em que permeiam frases como “Mas o Estado é laico, portanto, eu tenho o direito de vir aqui e defender os dogmas que a bíblia defende” são recorrentes nos espaços políticos do Brasil, bem como, a utilização de argumentos religiosos e fechados ao diálogo, isso causa efeitos catastróficos às relações sociais como podemos ver:

Argumentos religiosos, ao veicular em certos conteúdos e defender em certas posições, fundam-se na obediência àquilo que se acredita revelado pela divindade, não na razão humana que busca apreender e compreender a realidade, de modo esforçado, metódico, humilde e aberto à dúvida e à contestação. (RIOS, 2015, p.21)

² Será desenvolvido mais à frente.

Tendo em vista os efeitos citados, a laicidade aparece como um fio condutor das relações democráticas do Estado, mantendo a liberdade religiosa e estabelecendo o respeito entre os civis de diferentes religiões não interferindo em debates que competem ao campo científico. O texto da “Declaração Universal da Laicidade no Século XXI”³ reforça esse argumento ao dizer que:

Artigo 4. Definimos laicidade como a harmonização, em diversas conjunturas sócio-históricas e geopolíticas, dos três princípios já indicados: respeito à liberdade de consciência e à sua prática individual e coletiva; autonomia da política e da sociedade civil com relação às normas religiosas e filosóficas particulares; nenhuma discriminação direta ou indireta contra os seres humanos.

Em suas discussões, Domingos (2009 p. 63) mostra que: “A laicidade garante a igualdade de direitos e de conhecimento das diversas possibilidades de espiritualidade para permitir a todos a autonomia de julgamento e a cultura universal que lhes garantirá avaliar/analisar cada uma delas.”

Seguindo essa mesma linha, a laicidade não deve ser vista como a porta de entrada para a anti-religiosidade e para a propagação da intolerância, pois como também afirma Domingos (2009 p.63) “A laicidade não permite hostilidade à religião como opção espiritual particular, bem como ao ateísmo ou agnosticismo”.

A presença da laicidade não carrega consigo a abolição das religiões, como dito anteriormente, pois não se trata de um estado antirreligioso, mas sim de um espaço de liberdade religiosa. Para isso, é necessário que, independente da religião seguida, exista o respeito entre as demais religiões e também ao direito de não ter religião.

O conceito de laicidade é visto de forma bastante ampla para se atender a um rótulo tão pequeno que lhe é posto na visão social. Esse conceito não pode ser definido a um único modelo, pois como afirma Cury (2018, p.41) “Os modos de se conceituar laicidade são variados e plurais, até mesmo polissêmicos”.

Bobbio em diálogo com Viroli (2002, p. 67-68) aponta a laicidade como um espaço de luta contra o sistema religioso (cristão) que impera e que faz uso do fundamentalismo enquanto instrumento de detenção do saber e de exclusão social, desconsiderando os sujeitos por não compartilharem dos mesmos valores e crenças. Esse diálogo também trata da empatia da caridade laica aos sujeitos que são condicionados à marginalização social imposta por esses grupos, como afirma:

A caridade laica é também partilhar o sofrimento, mas é também desprezo contra aqueles que são responsáveis pelo sofrimento. É o desprezo que promove a força

³ Documento criado como um marco ao centenário da separação entre o Estado e a Igreja na França, o documento foi apresentado ao Senado da França e foi datado de 09 de dezembro de 2005)

interior para lutar contra as causas do sofrimento. É exatamente porque quem não possui uma fé religiosa não vê qualquer valor no sofrimento que os homens padecem devido a outros homens e porque não acredita na possibilidade ou no valor de um prêmio em outra vida, que a caridade laica procura, se pode, o remédio para o sofrimento, além de lenir o sofrimento do oprimido. Impele os oprimidos a combater a causa da opressão. (VIROLI, 2002, p. 67-68)

Em contraponto, para Cury (2018, p.51), a laicidade visa expressar a função de neutralidade diante do Estado em ordem de não conceber benefícios de forma constitucional ou sugestiva a algum grupo religioso. Com isso, não permite assim a interferência em discussões de responsabilidade pública por não entrarem de acordo com a ideologia religiosa dominante, como no caso do Brasil a ideologia cristã, trazendo assim a convivência pacífica e sem discriminação em função de poder, o autor traz a seguinte afirmação:

A laicidade, tal como aqui definida, por ser a expressão neutra do Estado perante estes modos de ser, de crer e não crer, ressalvados os princípios da ordem jurídica, permite a coexistência e a convivência pacíficas entre as várias manifestações desta pluralidade, não se identifica com nenhuma delas e as respeita como campos próprios da sociedade civil. (CURY, 2018, p.51)

O Partido Social Cristão (PSC), seguindo esse modelo de partido caracterizado pela Ideologia Cristã, declarou apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Esse apoio se mostra parte de um projeto político que apresenta ameaça aos espaços de laicidade e de “resistência” no que concerne a aceitação da fé alheia.

Os efeitos de sentido produzidos pelos discursos de Bolsonaro em seu período enquanto Deputado Federal mostram a precarização ao se tratar de Estado laico no âmbito social, pois os mesmos geraram a identificação dos grupos políticos que se baseiam no fundamentalismo cristão. Por esse viés, almejam ter a hegemonia brasileira composta por esse modelo cristão, verbalizando esse desejo e, posteriormente foram acolhidas e tomadas pela população brasileira ao eleger Bolsonaro como o presidente da república.

A violação do direito à laicidade surge dos pequenos aos grandes cenários. A exemplo desses, no momento em que um sujeito começa a argumentar, em espaços que vão desde o senado até as escolas, com base em um fundamentalismo quase que inquestionável, acaba povoando tais espaços públicos com a “palavra de Deus” e isso perfaz na negação à existência do outro. Logo, todo o conhecimento científico que ali possa ser discutido se torna inválido.

Uma das bases desse fundamentalismo cristão é o escrituralismo⁴, que são os registros bíblicos, sendo postos a mesmo nível (ou até mesmo em nível maior) por seus praticantes

⁴ O fundamentalismo cristão aqui citado, opera no Estado indo na contramão de uma ética e de uma biopolítica, sustentando-se sob uma necropolítica de corpos e vidas específicos, entre eles, mulheres, negros, LGBTs e demais outros corpos que desobedeçam ao que prega a bíblia cristã.

questionando sua veracidade por não estar de acordo com o que se tem de base fundamentalista.

Outro espaço de problematização da laicidade é o escolar público por ter suas aulas de Ensino Religioso ofertadas a vertente únicas que trabalham em caminho oposto ao que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação, em específico, o PCN Língua Portuguesa. Tais documentos vêm a tratar de temas transversais a educação e, com isso, temas como o Ensino Religioso ainda se encontram distantes de sua proposta prevista. Destarte, o Ensino Religioso, de acordo com o que apresenta o PCN Língua Portuguesa de 1997, que trata como Pluralidade Cultural, deste modo, podemos analisar que:

Os temas transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual), por tratarem de questões sociais, pertencem à dimensão do espaço público e, portanto, necessitam de participação efetiva e responsável dos cidadãos na sua gestão, manutenção e transformação. (BRASIL, 1997, p. 45-46)

A dificuldade apresentada pelo ensino religioso voltado unicamente para a vertente cristã apresenta ameaça aos povos originários e aos que fazem parte de matrizes africanas, pois o modelo eurocêntrico – cristão apresenta forte influência racista, que nega direito a esses povos. A oração do pai nosso é apresentada enquanto universal nos espaços de educação pública, e nega a pluralidade cultural dentro desses ambientes de produção de saber, por representar unicamente a representação da afirmação da fé cristã. Podemos analisar essa falta de pluralidade em:

Crianças adeptas do candomblé e as vicissitudes por que passaram em escolas públicas permeadas pelo missionarismo cristão. A discriminação religiosa convergia com a racial: candomblé, macumba, etc. eram “coisa de negro”. Houve depoimento de alunos que diziam que uma certa professora chegou a passar óleo ungido na testa deles para que ficassem mais tranquilos e para “tirar o diabo de quem fosse do candomblé”. A reação dos alunos foi diversa, uns abandonavam a escola para evitar a discriminação; outros inventavam maneiras de se tornar “invisíveis”. Esta “solução” se expressava na omissão da religião que efetivamente professavam – o candomblé – para se declararem católicos. (CUNHA, 2017, p. 197)

No campo teórico, o Ensino Religioso aparece bastante satisfatório por apresentar a religião como campo plural de fé e de diminuição da intolerância religiosa, com uma abordagem voltada a um campo antropológico – histórico/cultural. Entretanto, em sua prática, como discutido anteriormente, esse campo aparece voltado como propagação de fé fundamentalista e como espaço de afirmação de práticas racistas e de exclusão das matrizes africanas e dos povos originários.

Portanto, o Estado Laico pode ser visto como um espaço voltado ao fortalecimento de políticas públicas às mulheres, ao grupo LGBTQIA+ e a todos os grupos marginalizados

historicamente pelos princípios eurocentristas. Esse debate vai além do campo religioso, indo aos atravessamentos que proporcionaram aos espaços assegurados por lei.

O debate em torno do Estado laico é ligado à discussão da democracia, da isenção de interesses ligados ao campo religioso, quando se trata da afirmação de direitos igualitários e da promoção da cidadania protegida por lei. O Estado laico é diversidade cultural e ética presente no Estado.

A democracia aparece com cada vez menos força estatal a partir desse projeto de poder no espaço público dentro da imposição da fé ao estado tutelando aos comportamentos ordens fundamentalistas, que não acrescentam em nada nos aspectos inclusivos e de políticas públicas.

3.1 BRASIL E A REPÚBLICA NOVA

“Não há território neutro no mundo das palavras”

Eni Orlandi, 2008.

Após anos de Estado Confessional⁵ (confissão à fé católica), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece definitivamente o Brasil e a república nova enquanto um espaço laico e livre privilégios a qualquer tipo de crença ou manifestação religiosa. Dando surgimento no território brasileiro ao Estado Laico Secularista⁶, o texto da Constituição afirma que:

Art. 5. VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

O Brasil é apresentado constitucionalmente como um Estado laico que não exprime privilégios ou benefícios a qualquer religião, ou interferência a correntes religiosas em assuntos de deliberação e responsabilidade estatal. Entretanto, a efetividade do Estado laico aparecerá problematizada em diversas situações por aparecer enquanto espaço violado por discursos jurídicos, pela presença de objetos religiosos em espaços públicos como terços, santos em praças públicas, ou também pela realização de atividades religiosas dentro de espaços públicos, como a oração do pai nosso adotada por muitas escolas como oração universal, como consta no Art. 19 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - Recusar fé aos documentos públicos; III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

A partir disso, podemos analisar que a laicidade está sendo posta na constituição como um projeto político-institucional, que visa atender a pluralidade, e diversidade das várias religiões existentes no território nacional.

⁵Estado que possui religião específica.

⁶Estado que se mantém neutro por compreender a fé enquanto a uma questão individual.

4. POSIÇÃO-SUJEITO E MOVIMENTO DE ANÁLISE

Antes de dar início às análises aqui apresentadas, vale levantar um questionamento: o que é a Posição-Sujeito?

Tratando primeiramente sobre o conceito de Sujeito que, para Orlandi (1999), pode-se compreender que “[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso [...]” (ORLANDI, 1999, p. 17).

A Análise de Discurso se afasta completamente do sujeito enquanto indivíduo, distanciando esse sujeito de sua vontade própria e se aprofundando do que não está transparente ao discurso. Com isso, a Análise de Discurso passa a ter os sujeitos como sujeitos discursivos, sujeito esse que é assujeitado por sua história, sua ideologia e pelo local que este ocupa.

Para a compreensão da Posição-Sujeito, faz-se necessário o entendimento/diferenciamento de Lugar Social e Lugar Discursivo. O Lugar Social é marcado pelo espaço que esse sujeito se encontra, característico do Sujeito Empírico, enquanto Lugar Discursivo é o local ocupado pelo Sujeito Discursivo. Pêcheux (1995) afirma que os Sujeitos Discursivos passam a ser atravessados por determinados espaços de classes, e acabam por ser interpelados por Formações Discursivas. Como exemplo disso temos a Formação Discursiva Cristã, sujeitos atravessados por essa Formação Discursiva tendem a ser contra o aborto, o ensino de religiões de matrizes africanas, pautas relacionadas ao grupo LGBTQIA+ e entre outros.

Grigoletto (2008) dialoga em torno do local social e do local discursivo que um sujeito ocupa. A autora afirma que o local social varia de acordo com seu estágio de vida. O sujeito social pode ser pai, mãe, filho, professor, aluno, parlamentar, religioso, ateu e, a partir desse local social, o sujeito passa a interpolar seus discursos e começar a fazer uso dos enunciados desses locais sociais, surgindo assim o Sujeito Discursivo. O sujeito sempre fala de algum local social, entretanto, ambos se constituem ao mesmo tempo.

Pêcheux (1988) define Posição-Sujeito como a relação de identificação que se dá entre o sujeito que enuncia e o sujeito do saber, que é a Forma-Sujeito. O sujeito pode ser interpelado por diferentes posições dentro de determinados espaços discursivos, lembrando que essa interpelação sempre acaba acontecendo de forma inconsciente.

Assim, a partir da compreensão de Posição-Sujeito podemos definir que o sujeito discursivo ora se movimenta dentro de um espaço discursivo, ora por outro.

Segundo os estudos de Orlandi e Pêcheux, a Posição-Sujeito é a tomada de posição em que o Sujeito do Discurso (que é diferente do Sujeito Empírico) se inscreve ideologicamente. Ou seja, o Sujeito Empírico pode falar desse lugar de parlamentar, como citado neste escrito, o atual presidente da república. Desse modo, como nosso objeto discursivo são discursos do presidente da república, podemos afirmar que este sujeito constitui-se como um sujeito empírico que pode falar desse lugar de parlamentar.

Tendo em vista que, para Orlandi, o Discurso é tido como sentidos entre os interlocutores: “As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores” (2012, p. 21). O recorte discursivo para análise neste trabalho se encontra disponível na plataforma *Youtube* e trata-se de uma entrevista concebida pelo atual presidente da república, na qual, ele disserta sobre o Estado Laico no campo educacional, trazendo em evidência os professores e as crianças como sujeitos principais desse diálogo.

Recorte 1:

“Essa história de **Estado Laico**, o objetivo é **tirar a cultura judaico-cristã das escolas**, e daí o campo fica aberto para **professores** alguns, ou muitos, **doutrinadores meter o que quiser na cabecinha das crianças**.”⁷



A partir do diálogo posto no parágrafo anterior, esses sujeitos se inserem em formações ideológicas que nos fazem pensar a Posição-Sujeito do Discurso, que ali venha a ser um Bom Sujeito ou Mau Sujeito do Discurso assim como, classificado por Pêcheux, o Bom Sujeito é aquele que se identifica com a formação dominante no momento, enquanto o Mau Sujeito é aquele que se contra identifica com determinada formação discursiva dominante.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftbZLUWcnTo>. (grifos nossos)

A primeira modalidade a que Pêcheux se refere remete ao que designou de superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, ou seja, tal superposição revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, a qual marca a reduplicação da identificação e, por conseguinte, o retorno ao mesmo, “de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livre consentimento’: essa superposição caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’”. A segunda modalidade caracteriza o mau sujeito, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição se contrapõe ao sujeito universal, vale dizer, à forma-sujeito. Essa segunda modalidade, ao contrário da primeira, consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (INDURSKY, 2000, p. 72, grifos do autor)

Tendo em vista que a formação discursiva é a materialização da formação ideológica, entre as formações discursivas que podem ser analisadas no recorte selecionado, podemos destacar alguns atravessamentos que ali se fazem presentes no discurso, que são elas: a formação discursiva política, formação discursiva educacional e a formação discursiva religiosa. Para Pêcheux (1995, p.147), “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

A formação discursiva que este sujeito se identifica e, com isso, vem a se inscrever em uma Posição-Sujeito a qual Pêcheux e Orlandi caracterizam como o Bom Sujeito, que é aquele que se identifica com a formação discursiva nos campos da educação, da religião, e do campo parlamentar.

Qual o papel do Bom Sujeito nessa posição do Discurso? O sujeito Jair Bolsonaro vem a ser um fiel porta voz da formação discursiva que ele se identifica e, conseqüentemente, filia-se. Pêcheux (1995, p. 150) nos diz que, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”.

Como exemplo, no momento em que este sujeito cita a formação discursiva judaico cristã, pode ser analisada uma identificação com essa formação discursiva que, na sociedade atual, vem sendo a dominante no Brasil e se inscrevendo numa perspectiva religiosa que se constrói num sentido dominante sobre o que deve ser a religião cristã, neste caso, como um espaço conservador. Porém, outras pessoas podem vir a se inscrever nesta mesma formação discursiva judaico-cristã, no entanto, podem aparecer como um Mau Sujeito por apresentarem uma contra identificação, pois concordam em exercer sua religiosidade, porém, se contra identificam com alguns tópicos levantados por ela.

No caso de Jair Bolsonaro, ao comparar o Estado com a formação discursiva dominante, em nenhum momento é apresentada uma separação sobre o que vem a ser do campo do Estado e do que vem a ser do campo da religiosidade. A partir disso, podemos ver Estado e religião se confundindo, pois a formação discursiva cristã passa a ter caráter

dominante. Esse processo de dominância aparece na fala de Jair Bolsonaro por fazer parte de um processo de filiação como um Bom Sujeito do discurso.

Na passagem para o espaço teórico, [...] para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. (GRIGOLETTO, 2005, p. 158).

Esse discurso produz efeitos de sentidos na sociedade reafirmando a ideia de que professores são sempre “doutrinadores” por prezarem pela liberdade religiosa, se obedecerem a uma crença específica, a judaico-cristã, segregando todas as demais, não são classificados como doutrinadores, caso vão de encontro com esse pensamento, são ditos como profissionais que não estão cumprindo o papel de levar o conhecimento, cabendo assim ao público inscrito nessa Posição-Sujeito ditar o conhecimento que deve ser ensinado. Um exemplo disso é o grande movimento que surge na sociedade brasileira de pais que apoiam o *homeschooling*, que é uma modalidade de ensino defensora de que o aluno estude de casa. Com isso, os pais têm total controle do que pode ser benéfico ou não para a formação daquele indivíduo.

A partir das condições de produção amplas do discurso, podemos assemelhar esse ensino doméstico ao ensino que acontecia no Brasil, principalmente no período imperial, o qual padres e bispos eram os responsáveis pelo ensino de crianças e adolescentes no Brasil, e esse ensino acontecia muitas das vezes a domicílio como uma forma de catequese ao mesmo tempo em que se aprendia sobre conhecimentos gerais.

Com isso, podemos analisar que o sujeito discursivo se mostra um fiel porta voz de sentidos que passam do conservadorismo nos campos escolares, parlamentares e até mesmo midiático, se colocando como um Bom Sujeito do discurso, pondo em xeque a liberdade de outros sujeitos de exercerem a Laicidade o que pode ser visto como um embate à diversidade existente na sociedade atual.

5. CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo permear pelas ciências sociais, com foco nos estudos da linguagem, através da Análise de Discurso proposta por Eni Orlandi e Michel Pechêux, com foco em analisar o discurso do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que envolve o Estado Laico como parte do campo educacional público brasileiro. Com isso, foram utilizadas também bases teóricas da área das Ciências da Religião, a fim de fundamentar e dar caráter científico aos debates aqui supracitados.

A proposta desse trabalho é também trazer uma discussão que possa ser aproveitada e levada para a sociedade com questionamentos que inquietem e fomentem no leitor a vontade de questionar os sentidos cristalizados que passam despercebidos no cotidiano por já estarem postos “desde sempre”.

Não se pode dar este trabalho como concluído e dito que acaba por aqui, pois, a amplitude da discussão aqui levantada pode ser expandida a futuros trabalhos, ou até mesmo a uma dissertação de mestrado, pois, o pouco espaço neste trabalho não permite investigar a fundo o que foi proposto, mas, tentar explorar o máximo possível dentro deste espaço.

Vale ressaltar também que, esta pesquisa é apenas a perspectiva de um pesquisador em nível de graduação e que não representa uma verdade absoluta, pois, assim como outras ciências humanas, a área da linguagem aborda inquietações em relação aos problemas sociais que podem existir dentro das determinadas sociedades.

A teoria da Análise de Discurso nos proporcionou aqui uma discussão em torno da Posição-Sujeito do Discurso em torno da eficácia do Estado Laico na sociedade brasileira com ênfase no campo educacional, mas que também permeia por outros espaços sociais se mostrando muitas das vezes em ameaça.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Editorial: Presença Martins Fontes. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Coleção Estudos, 20, 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CUNHA, L. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. Educação e Religiões: A descolonização religiosa da Escola Pública. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2013.

CUNHA, L. A. **A educação brasileira na primeira onda laica: do império à república**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CURY, C. R. J. **Por Uma Concepção Do Estado Laico**. Embates em torno do Estado laico. São Paulo: SBPC, 2018.

DOMINGOS, M. F. N. **Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância**. Rever (PUCSP), v. 03, p. 45-70, 2009.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica**. In: Práticas discursivas e identitárias – sujeito e língua. CAZARIN, E.A.; GRIGOLETTO, E. ; MITTMANN, Solange (Orgs.). Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2000.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni et al. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica**. Maceió: Edufal, 2005.

MORAIS, Edson Elias de. **O discurso religioso e a política conservadora**. XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões em 29 de maio a 01 de junho de 2012, na cidade de São Luís, MA.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Edição: 10ª, Campinas, SP – Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação de sentidos. Campinas, Pontes, 2001.

_____. **Do sujeito na história e no simbólico.** Escritos n° 4. Campinas, SP: Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri, maio, 1999, p. 17-27.

PÊCHEUX, Michel. Tradução Eni Pulcianelli Orlandi. et al. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** – 2. ed.- Campinas, SP: Editora da INICAMP, 1995.

_____. Análise de Discurso: as três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

RIOS, Roger Raupp. **A Laicidade e os Desafios à Democracia no Brasil: Neutralidade e Pluriconfessionalidade na Constituição de 1988.** Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?. Porto Alegre, RS: Deriva/Abrapso, 2015.

SILVA, Samuel Barbosa. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do Capital.** 2017. 137f. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.